

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, maio de 2015, número 89. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Faces da questão agrária em Mato Grosso: agronegócio e trabalho escravo contemporâneo

ARTIGO DO MÊS

A soberania alimentar: construção política desde a organização das mulheres camponesas

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

III Seminário Internacional “Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente”

UFSCar/São Carlos – São Paulo, 09 a 11 de junho de 2015.

II Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento:

“A Governança dos Territórios”

Universidad de Santiago de Compostela/ – Espanha, 01 a 03 de julho de 2015.

XI Encontro Nacional da ANPEGE – ENANPEGE

“A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação”

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 09 a 12 de outubro de 2015.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Relatório Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.
Autor(es): Vários.

Dentre as contribuições ao relatório final dos trabalhos da Comissão está um capítulo específico sobre o campo paulista e a repressão às organizações sociais, às comunidades indígenas e populações tradicionais.

Para baixar: <http://verdadeaberta.org/>.



Assentamento Morrinhos: histórias e lutas.
Direção: Amanda Souza.

O documentário traz à tona uma das várias disparidades sociais presentes no Brasil ao apresentar relatos, vivências e perspectivas das pessoas que vivem a realidade de ser assentado no meio rural, demonstrando ainda a importância do assentamento para a descentralização de terras no município de Formosa - GO.

Para ver:
<https://www.youtube.com/watch?v=6rEXDwC2df4>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Editoração: Danilo Valentin Pereira (bolsista FAPESP), Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX).
Revisão: Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.
Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPq).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

FACES DA QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO: AGRONEGÓCIO E TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Onélia Carmem Rossetto

Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT.
carmemrossetto@gmail.com

Giseli Dalla Nora

Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA
Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT
gisanora@hotmail.com

Lucas Paulli

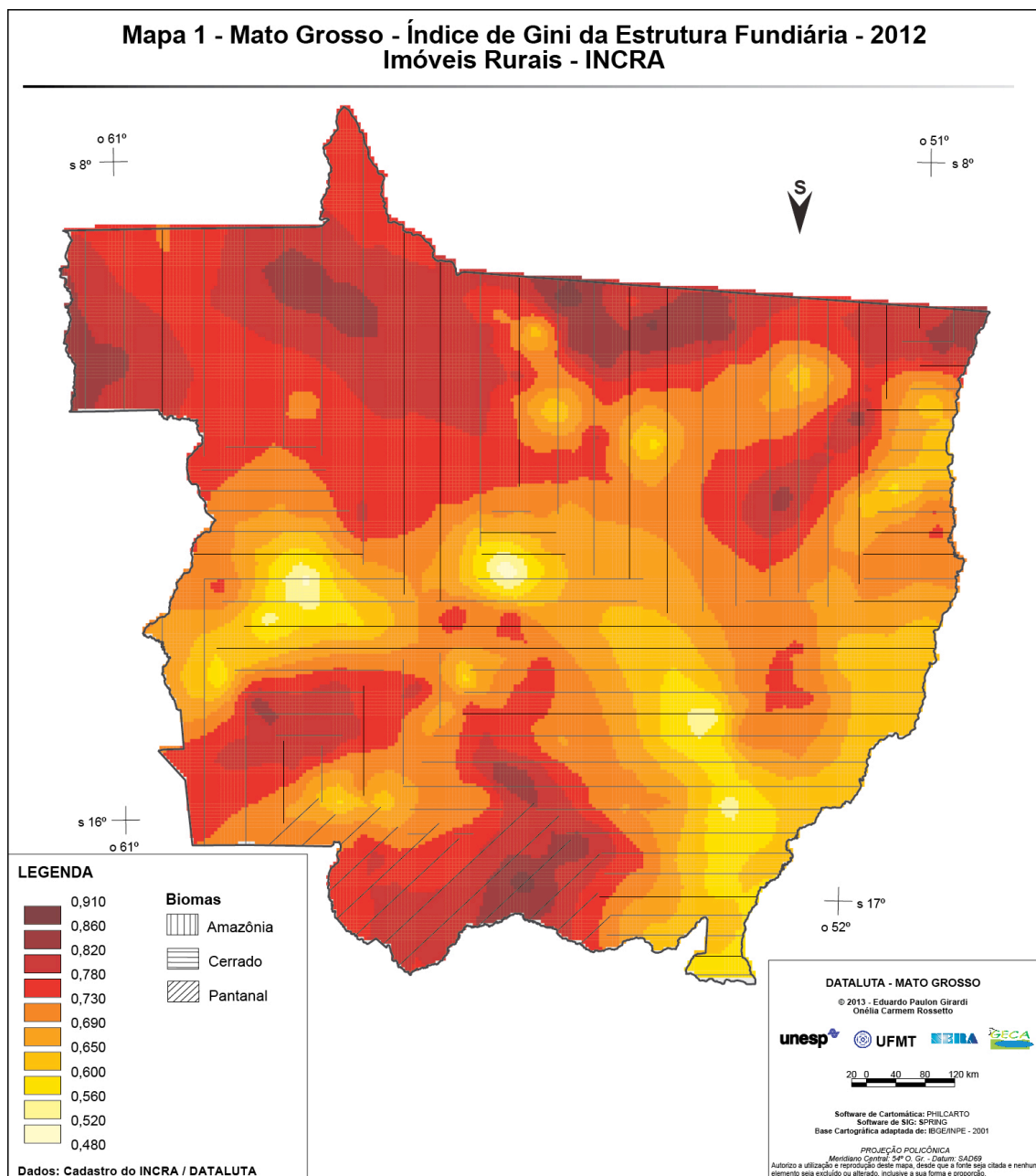
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA /UNESP
lucaspauli@hotmail.com

O trabalho escravo contemporâneo revela em que proporção a riqueza de uma minoria é acumulada mediante a exploração de uma maioria trabalhadora desprovida de meios de produção. Espaços territoriais, como o Estado de Mato Grosso, veiculado pela mídia como grande produtor agropecuário, provido de abundantes recursos naturais, oculta a face da pobreza, da obtenção de lucro mediante a exploração de seres humanos e a degradação da sua dignidade. Trabalhadores são expostos a condições insalubres de moradia, higiene, alimentação, indisponibilidade de água potável, jornada exaustiva, ausência de direitos trabalhistas e liberdade.

A visibilidade do Estado de Mato Grosso no contexto nacional e internacional ocorre principalmente através dos indicadores de produção do agronegócio noticiados incansavelmente nos meios de comunicação. As exportações do Agronegócio, principalmente a soja, o milho, a carne bovina e o algodão, totalizaram US\$ 14,9 bilhões de junho de 2012 a julho de 2013. Segundo os dados do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA/MT), em 2014 foram abatidas, até novembro, 5,56 milhões de cabeças de bovinos, 0,72% mais que o total de 2013.

No mesmo período, porém menos noticiado, Mato Grosso alcançou índices consideráveis no ranking da lista suja do Trabalho Escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ocupando em 2013 o 3º lugar com 13 empresas ou empregadores, ou seja, 9% flagrados sujeitando pessoas às péssimas condições de vida, de trabalho e ausência de liberdade. Em 03/01/2014 foi veiculado que o Estado subiu para o segundo lugar com 65 empresas ou empregadores, ou 11,23% do total, ficando atrás apenas do Pará com 151 empregadores listados (26,08%). (BRASIL, 2014).

Mediante tais indicadores, é necessário questionarmos sobre as causas que induzem as pessoas a se submeterem a situação de trabalho escravo. Em uma análise preliminar, no âmbito estadual a concentração fundiária demonstrada pelos elevados índices de GINI (Mapa 1) e a morosidade das políticas de reforma agrária dificultam o acesso a terra e sujeitam os camponeses a venderem sua força de trabalho em quaisquer condições, favorecendo a exploração do trabalho escravo, uma vez que a pobreza induz a vulnerabilidade social e estes se tornam presas fáceis para os detentores do agronegócio.



A Tabela 1 demonstra que em 2014 foram fiscalizadas 5.521 empresas no estado e investigada a situação de 3.300 trabalhadores, dos quais, 324 se encontravam no meio rural. As informações do site do Ministério do Trabalho e Emprego não possibilitam leituras estatísticas mais detalhadas, mas revela taxas elevadas de pessoas com deficiência e na condição de aprendizes, ou seja, sem qualificação ou especialização para o desempenho de atividades profissionais. Embora as políticas de acesso à educação formal tenham sido ampliadas no país, no Estado de Mato Grosso ainda existem cerca de 163.223 pessoas (IBGE, 2010) que nunca frequentaram a escola, sendo que os percentuais aumentam no intervalo etário entre 30 e 60 anos. Este é um fator relevante, onde a baixa escolaridade, bem como pobreza e miséria, contribuem para a continuidade do trabalho escravo e da aceitação de tais condições de vida.

Tabela 1 – Indicadores do Trabalho Escravo e das Ações de Fiscalização - Mato Grosso/2014.

Mês	Rural	Pessoas com Deficiência	Aprendizes	Total de Trabalhadores (Geral)	Total de Empresas Fiscalizadas
Janeiro	12	0	97	143	258
Fevereiro	25	1	123	252	368
Março	20	23	105	205	267
Abril	17	13	89	163	240
Maio	18	14	51	154	323
Junho	7	100	51	209	351
Julho	43	2	31	197	500
Agosto	31	6	123	229	349
Setembro	12	40	304	396	489
Outubro	22	23	223	375	704
Novembro	76	145	361	626	844
Dezembro	41	68	149	351	828
TOTAL ANUAL	324	435	1.707	3.300	5.521

FONTE: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – SFIT/SIT/MTE. Comparativo de Resultados da Fiscalização por Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/ 2014.

Org. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT.

A condição de analfabeto e a falta de qualificação para o trabalho nas empresas do agronegócio induz os camponeses a aceitarem qualquer tipo de proposta de emprego, mesmo em lugares longínquos, na fase denominada no estado de “amansar a terra”, ou seja, chegar a lugares despovoados, sem a mínima estrutura de moradia, saúde e comunicação e fazer a derrubada da mata, retirar a vegetação original para introdução da pecuária que, invariavelmente, após algum tempo é substituída pelo plantio de grãos.

Em janeiro de 2014 as empresas rurais flagradas na prática de submeter os trabalhadores a condições análogas a de escravo estavam localizadas em municípios a cerca de 1.000 km de Cuiabá, capital do estado: Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde (Microrregião de Alta Floresta), Brasnorte (Microrregião de Aripuanã) e São Félix do Araguaia (Microrregião Norte Araguaia). Segundo o Atlas do Trabalho Escravo no Brasil (2009), os dois primeiros municípios apresentam um índice de 32,65 de vulnerabilidade ao trabalho escravo e, as três microrregiões se caracterizam por ocupar lugar relevante entre as dezenove microrregiões brasileiras que se destacam pelo elevado número de trabalhadores libertados. O índice de Vulnerabilidade agrega indicadores tais como “baixa esperança de vida ao nascer, baixa renda per capita e baixos índices no ranking do IDH; elevados índices de exclusão, taxa de pobreza e grande parcela da população vivendo em domicílio cuja renda é inferior à R\$ 37,75”. (THÉRY *et al*, 2012, p.66).

As empresas flagradas pertenciam a pessoas físicas ou jurídicas e estão ligadas direta ou indiretamente aos diversos segmentos do agronegócio, entre eles a pecuária, o plantio de soja, cana-de-açúcar, madeiras e seringais. Há certa dificuldade em denominar tais empresas, pois, apesar da Portaria Interministerial nº 2, de 12 de maio de 2011 possibilitar a divulgação dos nomes no site do MTE, em 31/12/2014, a lista foi retirada do site por força da liminar proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.209 Distrito Federal da lavra do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, proposta pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias – ABRAINC (BRASIL, 2014). Assim, o

sistema judiciário brasileiro, mantem os criminosos no anonimato e amenizam suas penalidades apoiando a exploração desumana de trabalhadores e o agronegócio.

O MTE vem centrando esforços no sentido de combater a exploração de trabalho escravo, mediante fiscalização e intervenções, contudo, para sua erradicação se faz necessário mudanças estruturais na sociedade, tais como a ampla reforma agrária que resulte realmente na desconcentração fundiária, acompanhada de elementos que proporcionem uma eficiente gestão do processo, empoderando os camponeses para que tenham autonomia política e econômica, tendo acesso e condições de permanência na terra.

Ademais, ressalta-se o acesso à educação de qualidade, aprimoramento das condições de trabalho, emprego e renda e, principalmente, um eficaz sistema de combate à impunidade que dê visibilidade e remeta a sanções econômicas para as empresas do agronegócio que praticam essa modalidade de exploração dos trabalhadores.

As faces da questão agrária em Mato Grosso e no Brasil revelam que as políticas públicas de combate e punição têm surtido pouco efeito, principalmente nas áreas longínquas do estado, com dificuldades de acesso e fiscalização. Neste contexto a denúncia a autoridades competentes bem como a organizações da sociedade civil e a luta pelos direitos humanos e da terra ainda se configuram como a melhor forma de transformar a realidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01/04/2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Federal de Inspeção do Trabalho** – SFIT/SIT/TEM. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>. Acesso em 19/03/2015.

INDEA . Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA/MT). Disponível em <http://www.indea.mt.gov.br/>. Acesso em 21/03/2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem. GIRADI, Eduardo Paulon. NORA, Giselli Dala. CARVALHO, Kelly Cristina. **Relatório Dataluta Mato Grosso. 2013**. Cuibá: 2015.

THÉRY Hervé . MELLO, Neli Aparecida de. HATO Julio . GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. Disponível em: <http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>. Acesso em 21/03/2015.